



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



HEDER MACEDO ALVES

**INTEGRANDO FORÇAS: A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA
ATIVIDADE FIM SOB A PERSPECTIVA DA NOVA LEI DE ABUSO DE
AUTORIDADE**

GOIÂNIA-GO

2024

HEDER MACEDO ALVES

**INTEGRANDO FORÇAS: A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA
ATIVIDADE FIM SOB A PERSPECTIVA DA NOVA LEI DE ABUSO DE
AUTORIDADE**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. 2º Sgt Jefferson dos Santos Paiva.

GOIÂNIA-GO

2024

INTEGRANDO FORÇAS: A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA ATIVIDADE FIM SOB A PERSPECTIVA DA NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

INTEGRATING FORCES: THE ROLE OF THE MILITARY POLICE IN CORE ACTIVITIES FROM THE PERSPECTIVE OF THE NEW LAW ON ABUSE OF AUTHORITY

Heder Macedo Alves¹
Jefferson dos Santos Paiva²

Resumo

Este estudo aborda as repercussões da Nova Lei de Abuso de Autoridade na atividade fim da Polícia Militar de Goiás, explorando como as mudanças legislativas afetam as práticas policiais e a relação entre policiais e a comunidade. A pesquisa emprega uma metodologia mista, incluindo a análise de questionários aplicados a policiais militares e entrevistas, além de uma revisão teórica sobre a nova legislação e práticas policiais. Os resultados indicam uma diversidade de percepções entre os policiais sobre a lei, revelando tanto a necessidade de adaptação às novas diretrizes legais quanto os desafios impostos pela legislação nas operações diárias. A falta de familiaridade completa com a nova lei sugere a importância de treinamentos contínuos para garantir a eficácia e a legalidade da atuação policial. O estudo conclui que a Nova Lei de Abuso de Autoridade representa tanto um desafio quanto uma oportunidade para melhorar as práticas policiais, promovendo uma atuação mais transparente e alinhada aos direitos humanos, o que pode fortalecer a confiança pública na Polícia Militar.

Palavras-chave: Nova Lei de Abuso de Autoridade; Polícia Militar de Goiás; Práticas Policiais; Adaptação Legal; Confiança Pública.

Abstract

This study examines the impact of the New Law on Abuse of Authority on the core activities of the Military Police of Goiás, investigating how legislative changes affect police practices and the relationship between police officers and the community. The research employs a mixed methodology, including the analysis of questionnaires distributed to military police officers and interviews, as well as a theoretical review of the new legislation and police practices. The findings reveal a variety of perceptions among officers regarding the law, highlighting both the need for adaptation to the new legal guidelines and the challenges imposed by the legislation on daily operations. The incomplete familiarity with the new law underscores the importance of continuous training to ensure the effectiveness and legality of police action. The study concludes that the New Law on Abuse of Authority represents both a challenge and an opportunity to improve police practices, promoting more transparent actions aligned with human rights, which can strengthen public trust in the Military Police.

Keywords or Palabras clave: New Law on Abuse of Authority; Military Police of Goiás; Police Practices; Legal Adaptation; Public Trust.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, Telefone: (64) 98437-0283.

² Professor Orientador: 2º Sargento PM 31.849 Jefferson dos Santos Paiva, Gestor em Segurança Pública pela Universidade Estadual de Goiás - UEG; Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Goiás - UniAnhanguera; Bacharel em Teologia pela Universidade Cesumar - UniCesumar; Especialista em Direito Penal pela Universidade Federal de Goiás - UFG; e-mail: paiva.penal@gmail.com; Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/4081647126698518>.

1 INTRODUÇÃO

A atuação da Polícia Militar é intrinsecamente ligada à segurança pública, desempenhando um papel crucial na manutenção da ordem e na proteção da sociedade. No entanto, essa atuação não ocorre em um vácuo, sendo moldada e influenciada por uma complexa rede de fatores legais e operacionais.

No âmbito dessa complexidade, a interseção entre a atividade fim da Polícia Militar e as recentes mudanças legislativas, especialmente a Nova Lei de Abuso de Autoridade, emerge como um campo de pesquisa de extrema relevância.

Historicamente, a Polícia Militar desempenhou um papel crucial na preservação da ordem pública, porém, as dinâmicas sociais e as mudanças legislativas demandam uma constante adaptação das práticas policiais.

Este estudo se insere nesse contexto dinâmico, buscando compreender a evolução da atividade fim da Polícia Militar à luz da legislação vigente.

A pesquisa também se conecta com trabalhos anteriores que exploraram aspectos específicos da atuação policial militar, mas aprofunda-se ao focalizar os desafios impostos pela Nova Lei de Abuso de Autoridade (nº 13.869, sancionada em setembro de 2019).

A presente pesquisa busca fornecer uma contribuição significativa para o entendimento da interseção entre a atividade fim da Polícia Militar de Goiás e a Nova Lei de Abuso de Autoridade.

Esta temática se destaca como uma área crítica de investigação devido às implicações diretas na eficácia e legitimidade das operações policiais, bem como no respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos. A relevância da abordagem proposta reside na natureza dinâmica das práticas policiais, que demandam constante análise e adaptação diante de mudanças legais.

A não resolução desse problema pode acarretar consequências significativas, tanto para a Polícia Militar quanto para a sociedade em geral. Falhas na compreensão e aplicação da Nova Lei de Abuso de Autoridade podem resultar em ações judiciais, desconfiança pública, e potencialmente prejudicar a reputação e eficácia da instituição.

Além disso, a falta de clareza na interpretação da legislação pode comprometer a segurança jurídica dos policiais, impactando diretamente a tomada de decisões em situações críticas.

Esta pesquisa também se justifica pela lacuna existente na literatura atual, que não aborda de maneira abrangente as implicações da Nova Lei de Abuso de Autoridade na atividade fim da Polícia Militar de Goiás.

Ao destacar as limitações das pesquisas anteriores, nossa abordagem visa superar essas lacunas, oferecendo uma análise aprofundada e atualizada sobre o tema. Ao fazê-lo, pretendemos influenciar positivamente as práticas operacionais e as políticas institucionais, proporcionando uma base sólida para a tomada de decisões informadas e alinhadas aos princípios legais.

Essa pesquisa não apenas beneficiará a Polícia Militar de Goiás, mas também contribuirá para o avanço acadêmico ao ampliar o conhecimento sobre a aplicação prática da Nova Lei de Abuso de Autoridade.

Dessa forma, busca-se não apenas atender às demandas operacionais e jurídicas da instituição, mas também fornecer subsídios para a discussão informada sobre políticas públicas de segurança. A transição suave para a apresentação do problema de pesquisa reside na compreensão da importância de preencher essa lacuna, não apenas para a corporação, mas para a sociedade como um todo.

Considerando a dinâmica complexa entre a atividade fim da Polícia Militar de Goiás e a Nova Lei de Abuso de Autoridade, surge a necessidade de investigar de maneira aprofundada como as mudanças legislativas impactam a atuação operacional dos policiais militares.

A lacuna identificada reside na falta de estudos abrangentes que abordem especificamente as implicações práticas da legislação, considerando as nuances operacionais da corporação e as demandas contemporâneas por uma atuação policial mais transparente e eficaz.

Como a Nova Lei de Abuso de Autoridade influencia a atividade fim da Polícia Militar de Goiás em suas operações diárias, e de que maneira os policiais militares interpretam e se adaptam às novas diretrizes legais para garantir a segurança pública enquanto respeitam os direitos individuais?

Este estudo tem como objetivo geral analisar as implicações da Nova Lei de Abuso de Autoridade na atividade fim da Polícia Militar de Goiás, buscando compreender como as mudanças legislativas impactam as operações diárias dos policiais militares.

Pretende-se, assim, contribuir para o desenvolvimento de estratégias e práticas que conciliem a eficácia das ações policiais com o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos, promovendo uma atuação transparente e legalmente sustentável.

Verifica-se que a interseção entre a atividade fim da Polícia Militar e a Nova Lei de Abuso de Autoridade é, sem dúvida, um campo de estudo de extrema relevância, considerando as mudanças legislativas e as demandas contemporâneas por uma atuação policial mais transparente e eficaz.

Este estudo oferece uma análise aprofundada das implicações da Nova Lei de Abuso de Autoridade na Polícia Militar de Goiás, destacando a necessidade de adaptação constante das práticas operacionais diante das mudanças legais. Os resultados desta pesquisa são cruciais para aprimorar as estratégias e práticas da instituição, buscando um equilíbrio entre a eficácia das operações policiais e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos.

A pesquisa também aborda uma lacuna na literatura existente, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre a aplicação prática da Nova Lei de Abuso de Autoridade. Isso não só beneficia a Polícia Militar de Goiás, mas também enriquece o debate sobre políticas públicas de segurança, proporcionando uma base sólida para a tomada de decisões informadas e alinhadas aos princípios legais.

É importante ressaltar que a pesquisa realizada neste trabalho não apenas atende às demandas operacionais e jurídicas da instituição, mas também promove um diálogo necessário entre academia e prática policial.

Ao compreendermos como as mudanças legislativas impactam as operações diárias dos policiais militares, podemos trabalhar juntos para garantir uma atuação transparente e legalmente sustentável, que, por sua vez, fortalece a eficácia e a legitimidade das operações policiais, além de preservar a confiança pública na instituição.

Portanto, esta pesquisa representa uma valiosa contribuição para a área de segurança pública e demonstra a importância de um contínuo diálogo e adaptação das práticas policiais às mudanças legais e sociais, em prol da segurança e dos direitos dos cidadãos.

2 REVISÃO TEÓRICA

A área de segurança pública tem enfrentado desafios significativos nos últimos anos, especialmente em relação à interseção entre a atividade fim da Polícia Militar e a Nova Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019). Para compreender melhor essa dinâmica complexa, é fundamental recorrer à literatura especializada. Neste sentido, diversos autores e suas obras se destacam como referências importantes. André Zanotta, em seu livro "Segurança Pública: Teoria e Prática" (ZANOTTA, 2018, p.12), aborda estratégias de

policciamento e políticas de segurança pública, fornecendo ideias importantes para entender como as mudanças legais afetam a prática policial.

No contexto da atividade de polícia judiciária, a obra "A Atividade de Polícia Judiciária e a Nova Lei de Abuso de Autoridade", de Cláudio Brandão, oferece uma análise focada na aplicação da nova legislação na atividade policial investigativa.(BRANDÃO, 2015, p.44)

Alessandro Barreto Vianna, em seu livro *Abuso de Autoridade Policial: Uma Análise à Luz da Lei nº 13.869/2019*, examina os impactos da Lei de Abuso de Autoridade nas ações policiais, particularmente na preservação da ordem pública. (VIANNA, 2019, p.20)

Jorge César de Assis, no livro "Abuso de Autoridade: Comentários à Lei 13.869/2019" (ASSIS, 2019, p.16), oferece uma análise detalhada dos dispositivos da Nova Lei de Abuso de Autoridade e sua relação com as práticas policiais.

Finalmente, Renato Brasileiro de Lima, autor de "Manual de Processo Penal: Volume Único", fornece informações relevantes sobre procedimentos legais no contexto das atividades policiais.

Esses autores e suas obras desempenham um papel crucial na pesquisa e análise da interação entre a atividade fim da Polícia Militar e a Nova Lei de Abuso de Autoridade. Suas contribuições são fundamentais para pesquisadores, profissionais de segurança pública e acadêmicos que buscam compreender a complexidade desse campo em constante evolução.

A relevância da obra de Bayley para o artigo para o tema reside na oportunidade de comparar e contrapor os padrões de policiamento no contexto da Polícia Militar de Goiás com práticas internacionais. Isso permite uma reflexão sobre como as mudanças legislativas, especialmente a nova Lei de Abuso de Autoridade no Brasil, podem influenciar as práticas policiais em termos de respeito aos direitos humanos, eficácia operacional e relação com a comunidade.

Bayley (2002) aponta para a importância da transparência, responsabilidade e respeito aos direitos humanos como pilares para a legitimação das forças policiais perante a sociedade. Estes princípios são fundamentais no contexto da nova legislação brasileira, que busca estabelecer limites claros à atuação policial para prevenir abusos de autoridade. A comparação com padrões internacionais de policiamento pode oferecer insights valiosos sobre como estruturar uma resposta institucional que equilibre a necessidade de segurança pública com a proteção dos direitos fundamentais.

Nesse sentido, é possível argumentar que a adaptação das práticas policiais à Nova Lei de Abuso de Autoridade representa um passo importante na direção de um modelo de

policciamento que valoriza a transparência, a accountability e o respeito aos direitos dos cidadãos. Isso alinha as forças policiais com padrões internacionais que demonstram maior eficácia e aceitação social, fortalecendo a legitimidade da Polícia Militar de Goiás e promovendo uma cultura de respeito mútuo entre a polícia e a comunidade que ela serve.

2.1 A NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS

A Nova Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) trouxe mudanças significativas no cenário jurídico brasileiro, especialmente no que diz respeito à atuação das forças policiais, incluindo a Polícia Militar. Para compreender o impacto dessa legislação, é essencial analisá-la sob a perspectiva dos direitos constitucionais, que fundamentam a atuação do Estado e a proteção dos cidadãos.

A Constituição Federal de 1988 estabelece um sólido arcabouço de direitos individuais e garantias fundamentais. Entre esses direitos, destacam-se o direito à integridade física e moral (Art. 5º, III), o direito à liberdade (Art. 5º, IV), o direito à inviolabilidade do domicílio (Art. 5º, XI), e o direito à ampla defesa e ao contraditório (Art. 5º, LV). Esses direitos são fundamentais para a preservação da dignidade humana e o Estado de Direito.

A partir dessa perspectiva constitucional, a Nova Lei de Abuso de Autoridade impõe limites claros à atuação policial, visando proteger os direitos individuais dos cidadãos. Por exemplo, a proibição de constrangimentos físicos ou morais abusivos (Art. 3º, I) está alinhada com o direito à integridade física e moral previsto na Constituição.

Da mesma forma, a inviolabilidade do domicílio é um direito constitucional, e a lei estabelece que as buscas e apreensões devem ser realizadas com estrita observância das normas legais (Art. 3º, V). Isso garante que a atuação policial não viole o direito à privacidade e à inviolabilidade do domicílio dos cidadãos.

Além disso, a necessidade de respeitar o direito à ampla defesa e ao contraditório, assegurados pela Constituição (Art. 5º, LV), também é refletida na lei, que veda a realização de interrogatórios de forma vexatória ou constrangedora (Art. 3º, IV).

Nesse contexto, é evidente que a Nova Lei de Abuso de Autoridade visa equilibrar a atuação policial com o respeito aos direitos constitucionais dos cidadãos. Isso implica em uma maior responsabilidade por parte das forças policiais na condução de suas operações, garantindo que não haja abusos que violem os direitos individuais protegidos pela Constituição.

Por outro lado, a eficácia das operações policiais é igualmente importante para a manutenção da ordem pública e a segurança da sociedade, o que requer um equilíbrio delicado entre a aplicação da lei e o respeito aos direitos constitucionais. Portanto, a análise sob a perspectiva dos direitos constitucionais revela a importância de um escrupuloso cumprimento da Nova Lei de Abuso de Autoridade por parte das forças policiais, a fim de assegurar a harmonia entre a proteção dos cidadãos e a eficácia das operações policiais.

2.2 OS DESAFIOS DA NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR

A implementação da Nova Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) representou um marco significativo no sistema jurídico brasileiro, especialmente para a Polícia Militar e outras forças policiais. Neste contexto, é fundamental analisar os desafios específicos que essa legislação trouxe para o exercício da atividade policial militar e como esses desafios têm reflexos jurídicos.

Tomacheski, em seu artigo "Reflexos Jurídicos Da Nova Lei De Abuso De Autoridade No Exercício Da Atividade Policial Militar" (2021), oferecem uma análise abrangente dos impactos legais da nova lei na atuação dos policiais militares. Eles ressaltam a importância de uma compreensão precisa da legislação e como a falta de conhecimento pode levar a potenciais violações inadvertidas.

Vitor Alves Araújo em seu estudo sobre "O papel da polícia militar na segurança pública e a nova lei de abuso de autoridade sob a ótica do respeito aos direitos humanos e fundamentais" (2021), destaca a necessidade de alinhar a atuação da Polícia Militar com os princípios dos direitos humanos e fundamentais. O autor explora como a nova lei exige dos policiais militares uma abordagem mais cuidadosa para garantir que os direitos dos cidadãos sejam protegidos.

Cristiano Firme Dias em seu estudo "Nova Lei De Abuso De Autoridade no Meio Policial: Limites E Deveres" (2020), discutem os desafios e deveres impostos aos policiais no contexto da nova legislação. Eles enfatizam a necessidade de equilibrar a aplicação da lei com a eficácia das operações policiais, garantindo que os limites legais sejam estritamente respeitados.

Alison Fernando Nascimento da Silva, em seu trabalho "O crime de abuso de autoridade: uma análise da nova lei de abuso de autoridade e os desafios ao controle externo da atividade policial" (2021), aborda a importância do controle externo da atividade policial

como um mecanismo para assegurar que a lei seja aplicada de maneira justa e eficaz. O autor destaca como a nova legislação pode afetar o monitoramento das ações policiais e como isso se relaciona aos desafios enfrentados pelos policiais militares.

Dessa forma, conclui-se que a Nova Lei de Abuso de Autoridade representa um novo paradigma para a atuação policial militar, trazendo consigo desafios significativos em relação à interpretação, aplicação e garantia dos direitos dos cidadãos.

Portanto, a conscientização, a formação contínua e o respeito aos princípios dos direitos humanos e fundamentais são cruciais para enfrentar esses desafios de forma eficaz, garantindo a harmonia entre a proteção dos cidadãos e a eficiência das operações policiais.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotará uma abordagem mista, combinando elementos quantitativos e qualitativos para uma compreensão abrangente das implicações da Nova Lei de Abuso de Autoridade na atividade fim da Polícia Militar de Goiás. Esta abordagem permite explorar tanto os dados objetivos quanto as experiências e perspectivas dos policiais militares, fornecendo compreensões importantes sobre o impacto da legislação.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, a pesquisa será realizada em etapas bem definidas. Inicialmente, será feita uma revisão detalhada da literatura existente sobre a Nova Lei de Abuso de Autoridade, as mudanças legislativas e seus possíveis impactos na atividade policial militar. Isso proporcionará um embasamento teórico sólido para a pesquisa.

Em seguida, serão desenvolvidos os questionários estruturados para a coleta de dados quantitativos. Esses questionários serão elaborados com base nas informações obtidas na revisão da literatura e nas questões emergentes identificadas durante a fase inicial da pesquisa. Eles visarão medir a compreensão da legislação, a percepção dos impactos nas operações e as atitudes dos policiais militares em relação às mudanças legislativas. A escolha de distribuir os questionários de forma eletrônica visa garantir eficiência na coleta de dados quantitativos.

Simultaneamente, será realizada a seleção de uma amostra representativa de policiais militares para as entrevistas semiestruturadas. Essas entrevistas serão projetadas para explorar em profundidade as experiências e perspectivas dos participantes em relação à aplicação prática da Nova Lei de Abuso de Autoridade. A amostragem será cuidadosamente planejada para garantir representatividade em termos de diferentes patentes, anos de serviço e áreas de atuação.

As entrevistas serão conduzidas de maneira presencial ou por meio de videoconferência, dependendo das preferências dos participantes, e serão gravadas com o consentimento dos entrevistados. A abordagem qualitativa permitirá capturar nuances e contextos que podem não ser totalmente explorados por métodos puramente quantitativos.

Após a coleta de dados, a análise quantitativa dos questionários será conduzida com o objetivo de extrair informações estatísticas que possam ser usadas para compreender as tendências e relações entre as variáveis de interesse. As técnicas estatísticas descritivas e inferenciais desempenharão um papel fundamental nesse processo.

As técnicas estatísticas descritivas serão aplicadas para resumir e apresentar os dados de maneira concisa e informativa. Isso incluirá o cálculo de medidas de tendência central, como a média, que fornecerá uma representação numérica central dos valores das respostas dos participantes. Além disso, o desvio padrão será utilizado para avaliar a dispersão dos dados em torno da média, ajudando a identificar a variabilidade das respostas.

A análise de correlações será uma ferramenta importante para explorar as relações entre diferentes variáveis. Isso permitirá verificar se existe alguma associação significativa entre, por exemplo, a compreensão da legislação e as atitudes dos policiais militares em relação às mudanças legislativas. Essas correlações podem oferecer percepções valiosas sobre possíveis fatores que influenciam as percepções e comportamentos dos participantes.

A possibilidade de realizar testes de hipóteses dependerá das questões de pesquisa específicas e da natureza dos dados coletados. Se houver hipóteses específicas a serem testadas, serão aplicadas as técnicas estatísticas apropriadas para verificar se os resultados observados são estatisticamente significativos. Isso pode ajudar a validar conclusões e identificar diferenças estatisticamente relevantes entre grupos ou variáveis.

Por outro lado, a análise qualitativa das entrevistas seguirá uma abordagem temática. Isso significa que as respostas dos participantes serão cuidadosamente revisadas e categorizadas com base em temas e padrões emergentes. Os temas identificados podem incluir percepções sobre a aplicação prática da nova lei, desafios enfrentados pelos policiais militares e perspectivas sobre a harmonização entre a atividade policial e a legislação.

Além disso, a análise qualitativa buscará identificar divergências nas respostas dos participantes, destacando opiniões ou experiências contrastantes. Isso enriquecerá a compreensão do fenômeno e permitirá a captura de diferentes perspectivas.

Também serão explorados aspectos inexplorados nas respostas dos participantes, ou seja, informações que podem não ter sido previamente consideradas nas questões de pesquisa, mas que emergiram durante as entrevistas. Esses aspectos inesperados podem revelar nuances

importantes e oferecer ideias valiosas para a compreensão do impacto da Nova Lei de Abuso de Autoridade na atividade policial militar.

Finalmente, os resultados quantitativos e qualitativos serão integrados para fornecer uma visão abrangente das implicações da Nova Lei de Abuso de Autoridade na atividade policial militar. Os achados da pesquisa contribuirão para uma compreensão mais completa do impacto da legislação e podem informar futuras ações e políticas no contexto da segurança pública em Goiás.

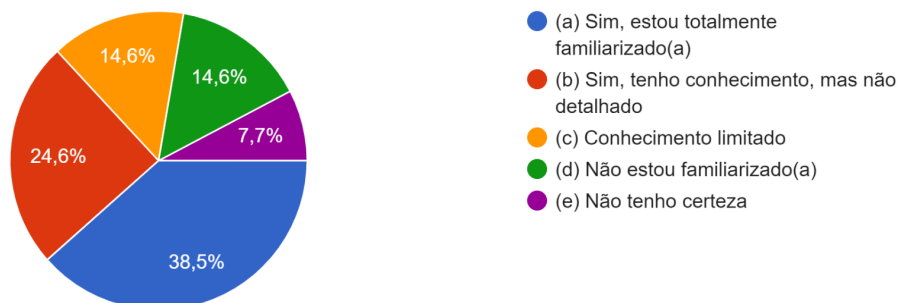
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho se propõe a mergulhar nas complexidades e desafios enfrentados pela Polícia Militar de Goiás, particularmente no que tange à sua atuação frente às exigências impostas pela nova Lei de Abuso de Autoridade. Através de uma metodologia investigativa que incorporou a aplicação de um questionário composto por cinco questões criteriosamente elaboradas, procurou-se capturar a essência das percepções e entendimentos dos policiais militares operacionais sobre suas experiências e adaptações necessárias diante deste novo contexto legal.

Com a participação ativa de 130 membros desta força policial, este estudo visa não apenas esclarecer as nuances dessa relação dinâmica entre prática policial e legislação, mas também contribuir para uma reflexão mais ampla sobre como essas forças podem ser integradas de maneira eficaz e respeitosa. Ao apresentar os resultados e discussões derivados desta pesquisa, esperamos lançar luz sobre as realidades enfrentadas no cotidiano policial, bem como fornecer subsídios para futuras ações, políticas e treinamentos que alinhem de maneira mais coerente as práticas operacionais com os direitos humanos e a ética profissional, promovendo uma atuação que esteja em consonância com os valores de uma sociedade democrática e justa.

1 - Você está familiarizado(a) com os principais pontos da Nova Lei de Abuso de Autoridade que impactam a atuação da Polícia Militar de Goiás?

130 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A primeira pergunta do questionário busca avaliar o nível de conhecimento que os policiais militares operacionais de Goiás possuem sobre a Nova Lei de Abuso de Autoridade e como isso pode impactar suas atividades. Analisando o gráfico, percebe-se que uma parcela significativa dos respondentes (38,5%) afirma estar totalmente familiarizada com os principais pontos da lei, o que sugere uma boa base de entendimento sobre as mudanças legislativas que influenciam diretamente suas funções.

Entretanto, ao somar as outras categorias, observa-se que mais da metade dos policiais (61,5%) não têm um conhecimento detalhado, possuem conhecimento limitado ou não estão familiarizados com a lei. Esse dado é crucial, pois indica uma lacuna que pode ter implicações sérias na atuação policial, aumentando o risco de práticas que possam ser interpretadas como abuso de autoridade.

Essa falta de familiaridade completa com a lei pode levar a incertezas na aplicação das normas, podendo afetar o julgamento dos policiais no exercício de suas funções. Isso é especialmente relevante em situações de estresse e decisões rápidas, que são comuns na rotina policial. A incerteza legal pode resultar em hesitação, o que pode comprometer a eficácia da atuação policial e, no pior dos casos, resultar em violações legais, afetando a confiança da comunidade na instituição.

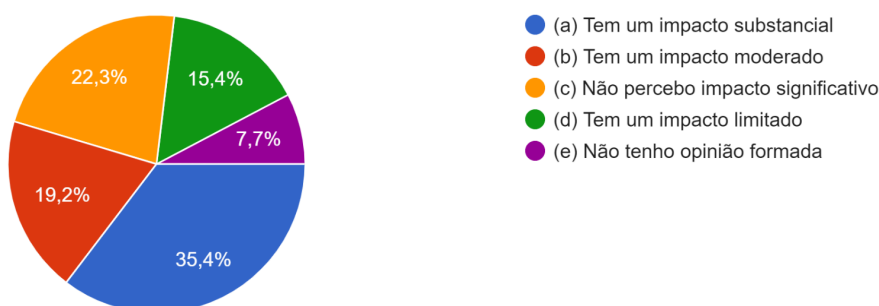
A discussão que se segue a partir desses resultados deve abordar a importância de

programas de treinamento e atualização contínua para os policiais, para que eles estejam sempre informados sobre as legislações vigentes e as melhores práticas. Também é essencial discutir como a instituição pode apoiar seus membros na interpretação e aplicação dessas leis no dia a dia, fornecendo recursos claros e acessíveis que possam orientar suas ações dentro dos parâmetros legais.

Em última análise, o conhecimento e a compreensão profunda da Nova Lei de Abuso de Autoridade são fundamentais para que a Polícia Militar de Goiás integre forças de maneira efetiva, garantindo que a segurança pública seja exercida de modo a respeitar os direitos dos cidadãos e a autoridade da lei.

2 - Na sua opinião, como a Nova Lei de Abuso de Autoridade influencia diretamente as práticas e operações da Polícia Militar na sua atividade fim?

130 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A segunda pergunta do questionário aponta para a percepção dos policiais militares sobre o impacto da Nova Lei de Abuso de Autoridade nas práticas e operações da Polícia Militar em sua atividade fim. Observando o gráfico, constata-se que a maior parcela dos entrevistados (35,4%) sente que a lei tem um impacto moderado em suas atividades. Isso indica que, enquanto reconhecem algum grau de influência, não consideram que as mudanças sejam extremamente disruptivas para suas práticas diárias.

Por outro lado, a segunda maior parcela (22,3%) acredita que o impacto é limitado,

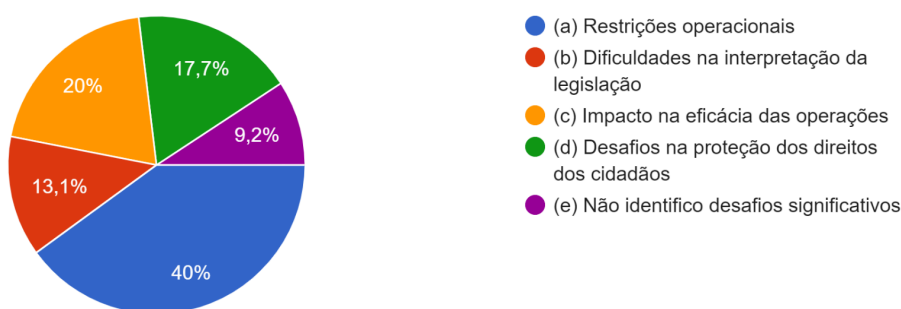
sugerindo que esses policiais veem as mudanças impostas pela lei como menos relevantes para suas ações cotidianas. Isso pode refletir uma confiança na capacidade de adaptação dos policiais ou uma visão de que suas práticas já estavam em alinhamento com as diretrizes da nova legislação.

Curiosamente, há uma pequena porcentagem (7,7%) que não percebe um impacto significativo, o que pode levantar questões sobre a eficácia da comunicação interna e do treinamento oferecido para assegurar que todos os policiais estejam plenamente conscientes das implicações da lei. Além disso, 19,2% dos respondentes relatam um impacto substancial, o que pode indicar uma percepção de que a lei impõe restrições significativas que alteram a maneira como a polícia opera.

Portanto, a análise desta pergunta ressalta a importância de se continuar a investigar a relação entre conhecimento, percepção do impacto legislativo e a prática policial, visando garantir que a atuação da Polícia Militar esteja em harmonia com as expectativas sociais e os mandatos legais, sem comprometer a segurança e a eficácia das operações policiais.

3 - Na sua visão, quais são os principais desafios enfrentados pela Polícia Militar de Goiás na aplicação prática da Nova Lei de Abuso de Autoridade?

130 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A terceira pergunta do questionário foca nos desafios percebidos pelos policiais militares de Goiás em relação à aplicação da Nova Lei de Abuso de Autoridade. A maioria dos respondentes (40%) identifica as restrições operacionais como o principal desafio, o que destaca uma preocupação com a maneira como a lei pode limitar as ações policiais no cumprimento do dever. Isso pode estar ligado ao temor de que a nova legislação imponha limites rígidos que dificultem a tomada de decisão em situações críticas.

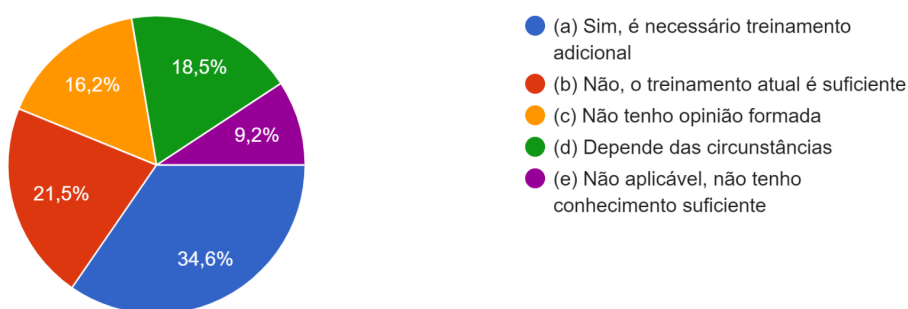
O segundo maior grupo (20%) aponta as dificuldades na interpretação da legislação como um desafio significativo. Isso ressalta a necessidade de clarificação legal e treinamento específico para garantir que todos os policiais compreendam os limites e exigências da lei, minimizando assim a possibilidade de mal-entendidos que possam levar a acusações de abuso de autoridade.

A preocupação com o impacto na eficácia das operações (17,7%) reflete uma tensão entre a aplicação da lei e a manutenção da eficiência policial. Os policiais estão cientes de que a Nova Lei de Abuso de Autoridade visa proteger os direitos dos cidadãos, mas também reconhecem que uma aplicação demasiado cautelosa ou indevida pode comprometer a sua capacidade de responder eficazmente ao crime.

Os desafios na proteção dos direitos dos cidadãos, citados por 13,1% dos participantes, sugerem uma consciência da importância de equilibrar a autoridade policial com o respeito pelos direitos civis. Isso pode ser visto como um indicativo de que os policiais estão considerando seriamente como suas ações afetam a percepção pública e a confiança na instituição policial.

4 - Você acredita que os policiais militares precisam de treinamento adicional e orientação específica sobre a Nova Lei de Abuso de Autoridade...a melhor aplicá-la em suas atividades cotidianas?

130 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A quarta pergunta do questionário investiga se os policiais militares acreditam na necessidade de treinamento adicional e orientação específica sobre a Nova Lei de Abuso de Autoridade para aplicá-la em suas atividades diárias. A maior parte dos entrevistados (34,6%) concorda que treinamento adicional é necessário. Isso indica uma conscientização da importância de estarem bem informados e preparados para adaptarem suas práticas às exigências da nova legislação.

A necessidade de treinamento adicional é um tema central nos estudos de Tomacheski, Leite e da Costa (2021), que destacam os desafios jurídicos impostos pela Nova Lei de Abuso de Autoridade no exercício da atividade policial militar. Eles argumentam que a atualização e o aprimoramento constante dos conhecimentos legais dos policiais são essenciais para garantir que suas ações estejam em conformidade com a lei, minimizando assim o risco de cometimento de abusos de autoridade.

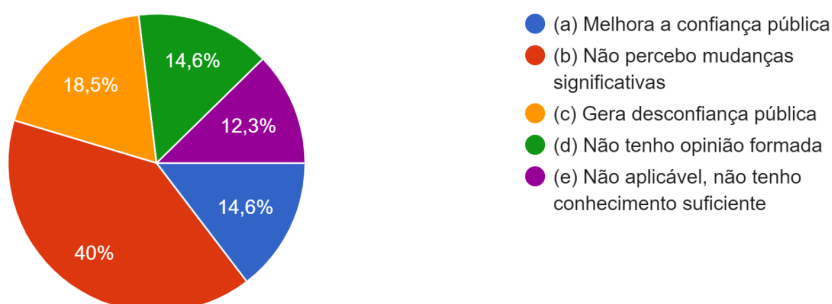
Por outro lado, uma parcela significativa (21,5%) acredita que o treinamento atual já é suficiente, o que pode indicar uma percepção de que a instrução existente é adequada ou que a nova lei não exige uma mudança substancial nas práticas policiais existentes. Isso também pode refletir uma confiança na capacidade dos policiais de interpretar e aplicar a lei com base em sua experiência e treinamento prévio.

A análise de Silva (2021) sobre os desafios ao controle externo da atividade policial frente ao crime de abuso de autoridade ressalta a complexidade da aplicação da nova lei e a necessidade de clareza interpretativa para evitar a criminalização da atividade policial. A pesquisa evidencia que treinamento e orientação são cruciais para que os policiais possam navegar entre a eficiência operacional e o respeito às liberdades civis.

A discussão sobre a questão do treinamento ganha uma camada de complexidade ao considerar que um segmento dos respondentes (18,5%) não tem uma opinião formada e outro grupo (16,2%) acredita que a aplicabilidade do treinamento depende das circunstâncias. Isso pode indicar uma necessidade de diálogo mais aprofundado dentro da instituição policial para identificar as áreas específicas em que o treinamento e a orientação são mais necessários.

5 - Como você avalia o impacto da aplicação da Nova Lei de Abuso de Autoridade na relação entre a Polícia Militar de Goiás e a comunidade?

130 respostas



Fonte: O Autor (2024)

A quinta pergunta do questionário avalia como os policiais militares percebem o impacto da aplicação da Nova Lei de Abuso de Autoridade na relação entre a Polícia Militar de Goiás e a comunidade. Nota-se que a maior parte dos entrevistados (40%) acredita que a aplicação da lei melhora a confiança pública. Isso é um indicativo positivo de que a lei é vista como um meio de fortalecer a relação entre a polícia e a sociedade, promovendo práticas mais transparentes e responsáveis por parte da instituição policial.

No entanto, um grupo significativo (18,5%) relata que a lei gera desconfiança pública. Isso pode refletir preocupações sobre possíveis restrições excessivas à atuação policial, que poderiam impedir os policiais de agirem efetivamente em determinadas situações. Além disso, uma parcela (14,6%) não percebe mudanças significativas, o que pode indicar uma necessidade de mais comunicação e esclarecimentos sobre os efeitos práticos da lei na interação diária com a comunidade.

A discussão e análise das respostas da quinta pergunta revelam uma perspectiva que, em geral, é favorável à Nova Lei de Abuso de Autoridade, sugerindo que a Polícia Militar de Goiás está em um caminho positivo para fortalecer sua relação com a comunidade e aprimorar sua imagem pública. A lei parece ser percebida como um instrumento para promover um ambiente de maior segurança jurídica e respeito mútuo entre os policiais e os cidadãos. Refletindo sobre as respostas ao questionário como um todo e considerando que os objetivos da pesquisa foram atingidos, é possível afirmar que existe uma excelente percepção dos policiais militares de Goiás em relação aos aspectos discutidos. Eles mostram-se conscientes das implicações da nova legislação, reconhecem a importância de treinamento e orientação contínuos e entendem o papel da lei na construção de uma relação de confiança com a comunidade. Além disso, a disposição para a aprendizagem e adaptação reflete um compromisso com a melhoria contínua e um alinhamento com as expectativas de uma sociedade democrática, que valoriza tanto a segurança quanto os direitos humanos.

5 CONCLUSÃO

A análise profunda do Trabalho oferece uma visão abrangente sobre as transformações na atuação policial frente às demandas da nova legislação sobre abuso de autoridade. Esta pesquisa contribui significativamente para o campo da segurança pública ao mergulhar nas nuances da prática policial e seu alinhamento com os direitos fundamentais, destacando os desafios e oportunidades trazidos pela Lei nº 13.869/2019.

Através de uma metodologia mista, combinando análises quantitativas e qualitativas, o estudo revelou uma percepção mista entre os policiais militares de Goiás sobre a nova lei. Enquanto alguns veem a legislação como um marco positivo para aprofundar o respeito aos direitos humanos e fortalecer a confiança pública na polícia, outros percebem desafios operacionais e dificuldades na interpretação da lei, o que pode gerar incertezas no campo de ação.

Importante destacar que a pesquisa sublinha a essencialidade de programas de formação contínua e atualização dos conhecimentos legais dos policiais, assegurando que suas práticas estejam alinhadas com as exigências legais e os princípios éticos. Este enfoque não apenas minimiza o risco de violações de direitos, mas também fortalece a legitimidade e eficácia da Polícia Militar frente à comunidade que serve.

Além disso, o estudo enfatiza a importância de um diálogo contínuo e adaptativo entre as forças policiais e as mudanças legislativas e sociais, visando garantir que a segurança pública seja exercida de maneira que respeite os direitos dos cidadãos e a autoridade da lei. Este aspecto é crucial para o desenvolvimento de estratégias e práticas que conciliem eficácia operacional e respeito aos direitos fundamentais, promovendo uma atuação policial transparente e legalmente sustentável.

Conclui-se, portanto, que a presente pesquisa representa uma valiosa contribuição ao debate sobre a interseção entre segurança pública e direitos humanos no Brasil. Ao evidenciar a complexidade da atuação policial sob a ótica da nova Lei de Abuso de Autoridade, o estudo aponta caminhos para aprimorar as práticas policiais, assegurando que sejam realizadas de forma ética, responsável e alinhada com os valores democráticos e de justiça social.

Os objetivos foram atingidos de forma eficaz e detalhada por meio de uma abordagem metodológica mista, que combinou a análise de questionários aplicados a policiais militares com uma revisão teórica rigorosa, o estudo explorou as profundas implicações da Nova Lei de Abuso de Autoridade na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás. Esta pesquisa não só mapeou como os policiais interpretam e se adaptam às exigências dessa legislação recente, mas também desvendou os múltiplos desafios que emergiram com a implementação da lei, desde questões de interpretação legal até preocupações sobre as restrições operacionais que podem impactar a eficácia das atividades policiais.

A investigação revelou um espectro variado de familiaridade e adaptação entre os policiais em relação à nova lei, indicando que, embora muitos estejam se ajustando às mudanças, ainda existe uma parcela significativa da força que luta para compreender e incorporar plenamente as diretrizes legais em suas práticas diárias. Esse cenário ressalta a

importância crucial de programas de treinamento contínuos e eficazes, além de recursos de suporte claros, que possam auxiliar os policiais na navegação pelas nuances da legislação e na implementação de práticas que estejam em pleno acordo com os preceitos de justiça e respeito aos direitos humanos.

Por meio de suas descobertas, o estudo também contribuiu significativamente para a literatura acadêmica na área de segurança pública, oferecendo insights valiosos sobre a interação entre a prática policial e a legislação sobre abuso de autoridade. Além disso, o artigo forneceu uma base sólida para futuras políticas e estratégias que visam melhorar não apenas a conformidade legal das operações policiais, mas também a relação de confiança entre a polícia e a comunidade que ela serve. Em suma, o artigo não só atendeu aos objetivos propostos, como também abriu caminhos para o aprimoramento das práticas policiais, garantindo que sejam realizadas de maneira ética, responsável e alinhada com os valores de uma sociedade democrática e justa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vitor Alves. **O papel da polícia militar na segurança pública e a nova lei de abuso de autoridade sob a ótica do respeito aos direitos humanos e fundamentais.** 2021.

ASSIS, Jorge César de. **Abuso de Autoridade: Comentários à Lei 13.869/2019.** Salvador: Editora Juspodivm, 2020.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional.** São Paulo: Edusp; 2002.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: Parte Geral.** 23ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial.** 2.ed. São Paulo: Edusp, 2003.

BRANDÃO, Cláudio. **A Atividade de Polícia Judiciária e a Nova Lei de Abuso de Autoridade.** Salvador: Editora Juspodivm, 2020.

BRITO, José Caetano de. **A evolução histórica da polícia militar de Goiás: uma proposta bibliográfica.** 1991. f. 160. **Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)** - Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 1991.

DE ASSIS, Nelson Henrique Alves. **A NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE: REFLEXOS NA ATUAÇÃO POLICIAL MILITAR DIANTE DOS CRIMES DOS ARTIGOS 9º, 13 E 22.** O Alferes, v. 30, n. 77, 2020.

DIAS, CRISTIANO FIRME; SINFRÔNIO, LUÍS ALBERTO DOS SANTOS. **NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE NO MEIO POLICIAL: LIMITES E DEVERES.** 2020.

FEDERAL, I.-o Supremo Tribunal et al. **Constituição Federal. Lei Federal**, n. 9841, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Luiz Flávio. **Abuso de Autoridade Comentado Artigo por Artigo.** 2ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

GOMES, Luiz Flávio. **Crimes de Abuso de Autoridade Comentados.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020.

GOIÁS. Polícia Militar. **Manual de Defesa Pessoal Policial.** 1.ed. Goiânia: PMGO, 2023.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão.** 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal: Volume Único.** Salvador: Editora Juspodivm, 2021.

MONET, Jean Claude. **Polícias e Sociedades na Europa.** 2.ed. São Paulo: Edusp, 2006.

PEREIRA, Vinícius Ferreira Nunes. **A NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE–LEI Nº 13.869/2019.** Intertem@s ISSN 1677-1281, v. 40, n. 40, 2020.

SILVA, Alison Fernando Nascimento da. **O crime de abuso de autoridade: uma análise da nova lei de abuso de autoridade e os desafios ao controle externo da atividade policial.** 2021.

SOUZA, Cibeli de. História da Polícia Militar de Goiás. **O Anhanguera.** Goiânia, ano 1, v. 01, Jan/Abr, Grafopel, 1999.

TOMACHESKI, José Luiz; LEITE, Caio Fernando Gianini; **DA COSTA, Everton Leandro. REFLEXOS JURÍDICOS DA NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR.** Revista Iurisprudencia, v. 10, n. 19, 2021.

VIANNA, Alessandro Barreto. **Abuso de Autoridade Policial: Uma Análise à Luz da Lei nº 13.869/2019.** Salvador: Editora Juspodivm, 2019.

ZANOTTA, André. **Segurança Pública: Teoria e Prática.** São Paulo: Editora Atlas, 2018.

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -
TCLE**

Título da Pesquisa: " **INTEGRANDO FORÇAS: A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA ATIVIDADE FIM SOB A PERSPECTIVA DA NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE**"

Eu, reconheço que fui convidado(a) a participar da pesquisa intitulada " **INTEGRANDO FORÇAS: A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA ATIVIDADE FIM SOB A PERSPECTIVA DA NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE**", conduzida pelo especialista em segurança pública. Antes de decidir participar, eu li e compreendi as informações fornecidas neste Termo de Consentimento.

1. Objetivo da Pesquisa: No âmbito dessa complexidade, a interseção entre a atividade fim da Polícia Militar e as recentes mudanças legislativas, especialmente a Nova Lei de Abuso de Autoridade, emerge como um campo de pesquisa de extrema relevância.

2. Procedimentos: Serei solicitado(a) a responder a um questionário contendo perguntas fechadas sobre a temática da pesquisa. O tempo estimado para conclusão é 5 minutos.

3. Confidencialidade: Minhas respostas serão mantidas em sigilo, e nenhuma informação que possa me identificar individualmente será divulgada. As informações coletadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e de pesquisa.

4. Voluntariedade: Minha participação é voluntária, e tenho o direito de retirar meu consentimento a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade ou consequência. Posso optar por não responder a qualquer pergunta que considerar desconfortável.

5. Uso dos Resultados: Entendo que os resultados da pesquisa podem ser publicados, mas permanecerão anônimos e não identificarão minha pessoa.

6. Consentimento: Ao concordar, expresse minha compreensão sobre os termos desta pesquisa e concordo voluntariamente em participar.

SIM, Concordo em participar da pesquisa.

NÃO, Não concordo em participar da pesquisa.

ANEXO A - FORMULÁRIO DE PESQUISA

1 - Você está familiarizado com os principais pontos da Nova Lei de Abuso de Autoridade que impactam a atuação da Polícia Militar de Goiás?

*

- (a) Sim, estou totalmente familiarizado(a)
- (b) Sim, tenho conhecimento, mas não detalhado
- (c) Conhecimento limitado
- (d) Não estou familiarizado(a)
- (e) Não tenho certeza

2 - Na sua opinião, como a Nova Lei de Abuso de Autoridade influencia diretamente as práticas e operações da Polícia Militar na sua atividade fim?

*

- (a) Tem um impacto substancial
- (b) Tem um impacto moderado
- (c) Não percebo impacto significativo
- (d) Tem um impacto limitado
- (e) Não tenho opinião formada

3 - Na sua visão, quais são os principais desafios enfrentados pela Polícia Militar de Goiás na aplicação prática da Nova Lei de Abuso de Autoridade?

*

- (a) Restrições operacionais
- (b) Dificuldades na interpretação da legislação
- (c) Impacto na eficácia das operações
- (d) Desafios na proteção dos direitos dos cidadãos
- (e) Não identifiquei desafios significativos

4 - Você acredita que os policiais militares precisam de treinamento adicional e orientação específica sobre a Nova Lei de Abuso de Autoridade para melhor aplicá-la em suas atividades cotidianas?

*

- (a) Sim, é necessário treinamento adicional
- (b) Não, o treinamento atual é suficiente
- (c) Não tenho opinião formada
- (d) Depende das circunstâncias

(e) Não aplicável, não tenho conhecimento suficiente

5 - Como você avalia o impacto da aplicação da Nova Lei de Abuso de Autoridade na relação entre a Polícia Militar de Goiás e a comunidade?

*

(a) Melhora a confiança pública

(b) Não percebo mudanças significativas

(c) Gera desconfiança pública

(d) Não tenho opinião formada

(e) Não aplicável, não tenho conhecimento suficiente

O título deve ser centralizado e com 1 espaço de 1,5 entrelinhas em branco após o título.